

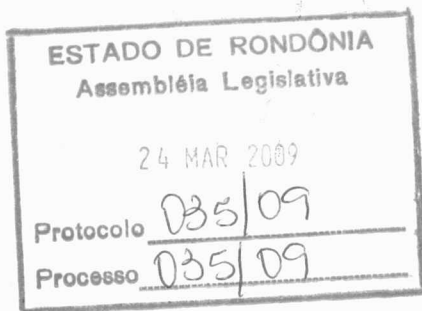


ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 27/03/2009
1º Secretário

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE APOIO A PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO



PROJETO DE LEI

Nº 293/09



AUTOR: DEPUTADO MARCOS DONADON - PMDB

Isenta de taxas e emolumentos Associações de
Assentamento Urbano e Rural.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica isenta de taxas e emolumentos para fins de parcelamento de solo urbano ou rural as entidades sem fins lucrativos, que tenham por finalidade, o assentamento em área urbana e ou rural, pessoas que comprovem não possuir outro imóvel registrado em seu nome.

Art. 2º As taxas e emolumentos de que trata o artigo anterior, compreende às municipais, estadual em qualquer de um de seus poderes, bem como os séricos de concessão e permissão, de quaisquer dos entes mencionados.

Art. 3º A entidade representativa de movimentos populares para se beneficiarem da presente norma, terão que comprovar:

I - possuir personalidade jurídica, com estatuto legalmente registrado em cartório;

II - estar registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

III - permanecer em efetivo e contínuo exercício durante dois anos, imediatamente anteriores, com exata observação de seus estatutos;

IV - que seus diretores sejam portadores de ilibada conduta moral comprovada;

V - apresentar certidão cível e criminal da Justiça Estadual e Federal, dos dirigentes da entidade;

VI - apresentar certidão da Fazenda Pública Municipal e Estadual, dos dirigentes da entidade; e

VII - ter sede no Estado de Rondônia.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 17 de março de 2009.

MARCOS DONADON
Deputado Estadual - PMDB



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE APOIO A PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

Nº _____

PROJETO DE LEI



AUTOR: DEPUTADO MARCOS DONADON - PMDB

JUSTIFICATIVA

Senhores parlamentares, o Estado de Rondônia tem sérios problemas fundiários, quer na área urbana e ou rural, tais problemas tem incentivado a radicalização de alguns movimentos sociais, como por exemplo, o que ficou internacionalmente conhecido como a Chacina de Corumbiara. Cabe aos poderes públicos constituído do Estado buscar uma solução pacífica para que possamos proceder à regularização fundiária urbana e rural de forma a atender as necessidades de milhares de famílias. É com este intuito que apresento a presente propositura para que as entidades urbanas e rurais possam regularizar junto a órgão públicos municipais e estadual e cartório de registro civil, seus lotes, trazendo assim maior estabilidade social.